



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

PARA A PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO DESTINADO AO ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Marivânia Conceição de Araujo
Universidade Estadual de Maringá
marivaniaaraujo@yahoo.com.br

Introdução

A atual Constituição Brasileira ordena como um de seus objetivos fundamentais: *“promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”* (Inciso IV do Artigo 3º), e, no Artigo 5º estabelece que *“todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...”*. Estas normas com o princípio da igualdade deveriam nortear a sociedade no país. Entretanto, fatores históricos e culturais bem conhecidos e enraizados em nossas relações sociais e econômicas levam grande parte da população não só ao desconhecimento, mas também á desobediência a tais preceitos constitucionais. O Estado brasileiro já reconheceu oficialmente tal realidade e, por isso, como pode ser demonstrado pela criação de instituições e preceitos para tentar vencer o desafio de um novo modelo de educação que tenha em conta a diversidade e a inclusão das chamadas “minorias” objetivando diminuir as desigualdades sociais existentes. Tais ações



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

envolvem instrumentos caracterizados como ações afirmativas, como a Lei nº. 10.639/2003, que buscou construir uma nova visão sobre o negro brasileiro e, para implementá-la, criou também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, do Ministério da Educação, de 2005.

Assim, nos últimos anos, uma significativa legislação nos âmbitos Federal, Estaduais e Municipais vêm sendo construída no Brasil visando a efetividade dos direitos constitucionais dos cidadãos contra diferentes formas de discriminação. É o que afirma a conselheira Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, do Conselho Nacional de Educação, relatora do parecer da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, tendo como objetivo o combate ao racismo e as formas de discriminação abertas ou dissimuladas que excluem socialmente os cidadãos considerados negros. De acordo com suas palavras:

“O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afro-descendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade [...] É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos os cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; como formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos e povos indígenas.” (GONÇALVES E SILVA, 2003, p. 10-11)

Entre as causas das circunstâncias evadas de preconceitos e discriminações de todos os tipos que vitimam os cidadãos negros no Brasil, podemos situar as



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

representações sociais saturadas de idéias negativas que orientam as práticas dos agentes que se relacionam no espaço escolar e em toda a sociedade brasileira.

Pesquisas educacionais já demonstraram que o racismo contra os alunos considerados negros interfere no desempenho escolar, como demonstra um estudo realizado pelos professores Angela Albernaz, Francisco Ferreira e Creso Franco, da Pontifícia Universidade Católica – PUC do Rio de Janeiro. Utilizando-se de dados do Ministério da Educação, os pesquisadores concluíram que

“estudantes negros estão aprendendo menos do que os brancos de mesmo nível social e que estudam na mesma escola. Analisando as notas dos alunos no Sistema de Avaliação da Educação Básica SAEB, principal exame do ministério para medir a qualidade da educação brasileira, os pesquisadores [...] mostraram que os negros tinham, na média de todas as disciplinas verificada, desempenho inferior em 9,3 pontos ao dos brancos, mesmo quando eram comparados alunos da mesma classe social e da mesma escola. O estudo, financiado pela Fundação Ford, também aponta diferenças nas notas entre brancos e pardos. Nesse caso, a diferença a favor dos brancos é de 3,1 pontos. Para os pesquisadores, os resultados são uma forte evidência de que pode estar havendo preconceito na escola. Professores podem estar tratando de maneira desigual negros e brancos na mesma sala de aula.”
(Jornal Folha de São Paulo, 18/05/2003)

Comentado a referida pesquisa, a ex-secretária da educação de São Paulo, a professora Rose Neubauer, afirmou: “as pesquisas sugerem que as crianças negras têm sido mais abandonadas na escola”, e muitas vezes os professores têm a expectativa de que os alunos negros tenham desempenho escolar ruim e esta perspectiva acaba influenciando negativamente no trabalho que é feito com estes alunos, e no final do processo escolar o mau desempenho acaba realmente ocorrendo. Segundo a matéria jornalística, a pesquisa indica que ao entrar no ensino fundamental as crianças perdem auto-estima e isto influi no seu desempenho escolar. Conforme afirmou a professora Rose Neubauer,

“o professor, ao elogiar apenas o cabelo macio de um aluno de cor branca, pode estar reforçando um modelo cultural de beleza. Isso pode afetar a auto-estima e o desempenho escolar de um estudante negro da mesma classe”
(Jornal Folha de São Paulo, 18/05/2003).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

As Escolas de Maringá Frente a População Afro-Brasileira

Com base nessas informações, esta pesquisa será um inventário das representações sobre os saberes, crenças, costumes, manifestações artísticas e modos de vida próprios da história e cultura afro-brasileira presentes na escola, que muitas vezes formam o conteúdo das idéias preconceituosas e atitudes discriminatórias contra os negros no cotidiano escolar.

Desse modo, nota-se que há necessidade de se conhecer e analisar o universo escolar, assim como as representações sociais elaboradas pelos indivíduos que convivem nesse espaço social repleto de significados, haja vista a pertinência e influência dessas relações na vida das crianças e adolescentes e na sua respectiva formação acadêmica e social.

Também é importante a criação de um banco de dados sobre relações raciais em Maringá e a sua Região Metropolitana, pois existem poucas informações coletadas e sistematizadas que possam ser utilizadas em futuras pesquisas e trabalhos monográficos seja na Universidade Estadual de Maringá – UEM ou em outras instituições.

A graduação em Ciências Sociais da UEM tem o curso de Licenciatura em Ciências Sociais, nele os alunos dos 3^o e 4^o anos devem ter atividades de Estágio Supervisionado, entre as quais irem às escolas do ensino médio, assistir aulas de Sociologia (ou disciplinas afins) e ministrar aulas. Com esse convívio nas escolas os graduandos podem realizar também um trabalho etnográfico com observação do espaço escolar e aplicar questionários, para futura análise destes dados. Esta pesquisa é uma oportunidade em que se une a experiência do estágio supervisionado e a etnografia, o que possibilitará conhecer as relações raciais e as representações sociais construídas no interior das escolas de ensino médio em Maringá.

A realização dessa pesquisa proporciona a efetiva reunião de três grupos de pesquisa existentes e constituídos no Departamento de Ciências Sociais da UEM: o Laboratório de Pesquisas em Antropologia – LAPA, o Laboratório de Prática de Ensino em Ciências Sociais LAPECS e o Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros - NEIAB. Essa é uma experiência enriquecedora, pois torna possível fazer uma discussão conceitual sobre as relações raciais em Maringá e as representações sociais construídas no convívio escolar, assim como envolver os alunos do curso de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Licenciatura em Ciências Sociais na discussão sobre a questão racial no Brasil, com a possibilidade de criar meios para promover a igualdade de tratamento para com os alunos de diferentes etnias. Dessa junção “prática” será *mister* a produção de artigos que possam ser publicados em periódicos de antropologia no país, de autoria tanto dos professores quanto dos alunos envolvidos na pesquisa.

Por fim, pretende-se que essa pesquisa resulte em diferentes trabalhos, a serem produzidos pelos alunos da graduação do curso, apresentados e distribuídos nas escolas de ensino médio de Maringá. Os produtos podem ser: material de apoio didático (cartilhas, vídeos, *folders*, murais), multimídia (cd rom com imagens, fotos, etc.), jornais, sítio na internet, programas de rádio, etc. A produção desse material visa suprir uma carência de informações, materiais acadêmicos ou de apoio sobre o continente africano ou sobre a cultura africana e afro-brasileira. Sabe-se que há uma grande demanda, formada pelos professores da rede pública de educação ou das escolas particulares por materiais que abordem esses temas e que possam ser usados junto aos alunos em sala de aula. Todavia, há também uma relutância em se conhecer, discutir ou produzir materiais que tratam da discriminação que afeta a população negra no Brasil.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo principal identificar e analisar quais são as representações sociais sobre as relações raciais, a religiosidade, a cultura e a história africana e afro-brasileira nas escolas de Maringá e Região Metropolitana.

Além disso, visa realizar uma investigação que indique em que medida a educação escolar e os currículos continuam a difundir representações que possibilitam a manutenção do preconceito e da discriminação étnica e racial contra os afro-brasileiros.

A pesquisa nos espaços escolares pode mostrar em que medida a noção de raça, interfere sobre as representações que formam as identidades de alunos e educadores. Em um terceiro momento desse trabalho os alunos da graduação em Licenciatura Ciências Sociais estarão aptos para produzir material de apoio didático para a educação das relações étnico racial e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, conforme preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais, por meio da Lei 10.639/03. Assim como, textos acadêmicos para periódicos e para apresentação em eventos científicos nas áreas de Ciências Sociais e de Educação. Ação de suma importância para a divulgação e para a reflexão sobre as desigualdades raciais no Brasil e que têm repercussão nas escolas. Todas essas ações vão culminar na necessária, promoção da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

discussão sobre relações raciais, história e cultura afro-brasileiras nas escolas do ensino médio e também entre os estudantes de Licenciatura em Ciências Sociais, como parte da preparação destes últimos para a docência.

O Estudo das Representações como Metodologia de Pesquisa Social

As representações são idéias, conceitos, concepções, valores, princípios e imagens com os quais pensamos e atribuímos significado à realidade, às circunstâncias que geram as condições de existência de cada indivíduo ou grupo humano. As nossas práticas, as nossas atitudes cotidianas são orientadas pelas representações que formamos em nossas mentes sobre quem somos o que devemos fazer e como devemos interagir com as outras pessoas. Já o estudo das representações, como avalia Dan Sperber, está presente em

“todas as ciências humanas e sociais, psicologia, psicologia social, sociologia, antropologia, economia, lingüística, ciências das religiões..., mesmo que as conceituem de modos muito diferentes. Entre estas disciplinas, a antropologia ocupará um lugar privilegiado, pois as representações culturais constituem seu objeto, senão único, pelo menos principal” (2001, p. 92).

Para estudar as representações sociais devemos definir como vamos abordá-las, a exemplo do que fez a professora Sônia Penin em uma pesquisa sobre as representações que se formam no cotidiano escolar:

"as representações sociais ou representações coletivas têm uma existência social independente de cada sujeito particular, isto é, elas estão no social mesmo antes do nascimento do sujeito. Meu interesse de pesquisa centra-se no modo como essas representações sociais chegam a sujeitos determinados e como estes, a partir de sua vivência, elaboram e reagem às mesmas. Entendo ainda que é a forma que toma essa reação do sujeito (mimese ou práxis), e não suas representações, que introduz no social novos elementos, nele interferindo" (PENIN, 1995, p. 10).

As representações estão entre os elementos que formam a identidade de cada um, mas não são pensamentos inatos que definiriam a essência de cada ser humano, ou



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

seja, elas são construídas relacionalmente nas trocas intersubjetivas. Não é possível viver sem representar, isto é, sem construir um conjunto de idéias em nossas mentes a respeito de tudo que se apresenta para nós.

Os grupos sociais de todos os tipos, de amigos, associações profissionais, classes sociais, raças, etnias, gêneros etc., desenvolvem representações específicas que dão sentido e explicam a sua posição e dos demais na sociedade. Como nos ensina Pierre Bourdieu

“as representações dos agentes variam segundo sua posição (e os interesses associados a ela) e segundo o seu *habitus* como sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição no mundo social” (2004 p. 158).

As representações podem surgir do contexto contemporâneo, das relações sociais, manifestações culturais e nas relações econômicas em vigência, mas podem também ter uma origem histórica anterior, em sociedades anteriores, mitologias e religiões do passado que chegaram até a atualidade.

Pesquisar as representações é investigar como foram geradas historicamente, quais as influências que receberam de outras representações, e quais as influências que exercem sobre a maneira como vivemos e nos relacionamos uns com os outros. Podemos estudar criticamente as representações sobre o negro para entendermos como se formam, o que mostram, escondem e como influenciam as condutas habituais no ambiente escolar.

Ao pensarmos sobre a vivência, as relações sociais, elaboramos as representações:

“... no cotidiano, as representações nascem e para ali regressam. No cotidiano, cada coisa (automóvel, edifício, peça de vestuário etc.) é acompanhada de representações que mostram qual é o seu papel. A publicidade, os modelos chamados culturais introduzem no cotidiano necessidades que fazem nascer novas representações e, na convergência das representações, o cotidiano se programa.” (PENIN, 1989 p. 27).

Não podemos esquecer que ao elaborarmos as nossas representações somos influenciados pela cultura da sociedade e do meio cultural específico em que vivemos,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

mas também construímos idéias próprias, novas, a partir da nossa imaginação e de como pensamos a nossa vivência com os outros indivíduos. As representações formam um conjunto de saberes sociais incorporados pelo sujeito em sua vivência, mas reformulados e colocados em ação através de sua prática cotidiana.

A Representação como Instrumento de Análise

Bronislaw Malinowski (1978), em clássico estudo etnográfico sobre os papua-malinésios habitantes das ilhas da Nova Guiné, faz interessantes observações sobre pesquisa, objeto e trabalho de campo para análise das relações sociais de grupos “selvagens”. Embora o conceito de representação social não se aplique à investigação em sociedades tradicionais é possível recorrer a alguns dos preceitos teóricos apresentados pelo autor, porque se trata de um “estudo do homem”, de suas relações e sentimentos, que podem ser percebidos em todo e qualquer grupo social. Segundo Malinowski:

Estudar as instituições, costumes e códigos, ou estudar o comportamento e mentalidade do homem, sem atingir os desejos e sentimentos subjetivos pelos quais ele vive, e sem o intuito de compreender o que é, para ele, a essência de sua felicidade, é, em minha opinião, perder a maior recompensa que se possa esperar do estudo do homem. (MALINOWSKI, 1978, p. 34).

Para Malinowski (1978), o pesquisador deve ir além da mera observação do grupo estudado e da busca do entendimento que seus integrantes têm das relações e instituições sociais que produzem. Os informantes não têm todas as informações sobre os códigos e a ordem de suas relações, a decodificação deles deve ser feita pelo pesquisador, a partir da análise dos dados coletados. Malinowski diz que:

Os nativos obedecem às ordens e à força do código tribal, mas não as entendem, do mesmo modo como obedecem a seus próprios instintos e impulsos, embora sejam incapazes de formular qualquer lei da psicologia. As regularidades existentes nas instituições nativas são resultado automático da ação recíproca das forças mentais da tradição e das condições materiais do meio ambiente. Da mesma forma que os membros mais humildes de qualquer instituição moderna – seja o Estado, a Igreja, o Exército, etc. -



pertencem a ela e nela se encontram, sem ter visão da ação integral do todo e, menos ainda, sem poder fornecer detalhes de sua organização, seria inútil interpelar o nativo em termos sociológicos abstratos. (MALINOWSKI, 1978, p. 24).

Vê-se, então, a importância da observação e da análise do pesquisador nas “instituições nativas”. A ele cabe o papel de decifrar suas leis, visto que os informantes, na maioria das vezes, tendem a reproduzi-las, sem questioná-las ou observar suas regras internas.

O conceito de representação é discutido por José G. Magnani (1986), com a preocupação de defini-lo no âmbito das ciências sociais, além de procurar elucidar que elementos compõem o método de pesquisa a ser utilizado juntamente com este conceito. Magnani (1986) considera que o conceito tem sido apropriado de modo muito amplo nas ciências sociais, sem a precisão necessária para a aquisição de bons resultados. Entretanto, por sua importância, ele deve ser definido e usado como modelo perspicaz para o entendimento das idéias, crenças e instituições presentes na vida dos grupos sociais pesquisados. Por exemplo, para Maria Cecília Minayo (1994), as representações sociais são definidas nas ciências sociais como

[...] categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a. Enquanto material de estudo, essas percepções são consideradas consensualmente importantes, atravessando a história e as mais diferentes correntes do pensamento social. (MINAYO, 1994, p. 89).

A partir do que apresenta a autora, vê-se a importância das representações, que dizem respeito ao modo como o grupo percebe a realidade que o cerca e o significado que dá a essa realidade. Todavia, o modo para se entrar em contato com essas representações é através da fala dos informantes. Devido à relevância da captação do discurso do informante para a análise das representações, Magnani (1986) chama a atenção para a individualidade de pensamento do informante. O seu discurso não deve ser pensado apenas como expressão do grupo ou como parte dele, mas as opiniões particulares vão compor um discurso que é do grupo. Na fala individual, devem ser percebidas as nuances do que é reflexo do pensamento apenas daquele informante e o que é também reproduzido e reafirmado pelos demais integrantes do grupo.



As idéias, crenças e instituições surgem no discurso dos informantes não apenas como formulações do grupo como um todo, mas são também formulações dos indivíduos, isto é, cada pessoa tem sua opinião consciente e formulada. Um indivíduo pode falar do que “pensa” todo o grupo, uma idéia coletiva, mas também sua opinião sobre o tema, as duas visões são importantes e precisam ser reconhecidas, identificadas e analisadas como dimensões distintas.

Assim, para reconstituir a crença dos Kiriwineses nos espíritos dos mortos, Malinowski deverá contar com o que eles dizem e com o que eles fazem. No primeiro caso estão as opiniões que vai chamar de “populares” ou gerais; depois, as opiniões dos especialistas e, finalmente, as especulações e comentários de informantes “mais capazes e inteligentes”. No segundo, a observação de determinados costumes e ritos públicos, a conduta dos nativos durante essas cerimônias e os comportamentos motivados pelas crenças. (MAGNANI, 1986, p. 130).

Mas, para se perceber a diferença entre as opiniões pessoais dos indivíduos e o que faz parte das idéias do grupo, é preciso saber quais são as crenças do grupo, “*na medida em que estão implicadas no costume e tradição dos nativos, devem ser tratadas como objetos fixos e invariáveis*” (Magnani, 1986:136). Magnani ainda alerta que, ao se estudar o discurso do indivíduo, composto por suas opiniões e pelas crenças do grupo, as últimas são reflexos das idéias sociais mais amplas, provavelmente surjam contradições entre as duas visões, mas isso não deve preocupar o pesquisador.

Ao se perceber contradições entre os diferentes discursos, a solução apresentada por Magnani (1986) é dar maior relevância ao que é dito pelos chamados especialistas. Sua fala seria um “norte” para revelar o dogma do grupo. Magnani (1986), pautado em Malinowski, afirma que dogmas são idéias sociais da comunidade, na medida em que se contrapõem às idéias individuais. Eles são peças fundamentais para a compreensão das representações do grupo, pois provocam reações emotivas, expressas na conduta dos indivíduos. Além disso, são crenças incorporadas em instituições, costumes, fórmulas mágico-religiosas, rituais e mitos.

Magnani (1986) faz uma observação sobre o uso do discurso do informante como meio de perceber e analisar suas representações. Julga ser importante a sua análise, pois não se trata de apenas reproduzir o que o informante diz, mas de descobrir



que significados e informações estão inseridos no que está sendo dito. É certo que esta análise tem aspectos trabalhosos e demorados; porém, ela deve ser feita, sob pena de sua ausência pôr em risco o bom resultado do trabalho. Devido ao aspecto trabalhoso da análise das representações, esta é uma tarefa extensa, visto que possui diferentes fases, alguns pesquisadores abriram mão dessa atitude metodológica. Adotaram outra perspectiva que, para Magnani, faz perder a riqueza do trabalho de coleta de dados:

A sofisticação técnica, aliada aos escassos resultados obtidos – era preciso adequar o material às exigências dos modelos analíticos, o que reduzia o campo de aplicação -, cedeu lugar a uma “saudável” reação que no limite significou jogar fora a criança junto com a água do banho. Ao invés de submeter o material a complicados processos de análise, optou-se por deixar os informantes falarem por si mesmos. Ou, em outra versão, mais engajada, “devolver a fala aos oprimidos”, sem intermediários nem distorções... (MAGNANI, 1986, p. 129).

Neste ponto a reflexão de Bela Feldman-Bianco (1987) se aproxima da de Magnani (1986), pois ambos apresentam a mesma preocupação no que diz respeito à análise dos dados coletados no trabalho de campo e entrevistas qualitativas. É preciso ter o cuidado de não apenas reproduzir o que foi dito, mas decompor as informações, indo além das suas palavras, buscando também relacioná-las com o contexto no qual foram ditas e, na medida em que se tem uma quantidade de informações suficientes, o que significado de suas palavras. Esse exercício metodológico possibilitará a construção de um subtexto passível de dar melhor entendimento às relações e à história do grupo estudado. Para Feldman-Bianco,

[...] o pesquisador pode ainda incorrer no risco de adotar categorias e conceitos utilizados pelos informantes, sem problematizar e analisar como, quando, por que e em que circunstâncias históricas estas categorias e conceitos emergiram. Além do mais, uma perspectiva que privilegia a análise de representações em detrimento das intersecções existentes entre biografia, história e sociedade, pode resultar em meras descrições banais (1987, p. 11).

Nesse sentido, não basta a reprodução, mas uma análise cuidadosa do material coletado do diálogo entre os diferentes discursos, para se chegar às idéias elaboradas pelo grupo. Assim, temos um conjunto de ações árduas que devem ser cumpridas,



perfazendo, como Maganai (1986) ressalta, um processo de reconstituição. Todas essas ações metodológicas têm como função ajudar a reconstituir tudo o que está, na verdade, fragmentado, pois não há como se obter as representações de um grupo através de um único olhar, da análise de um só discurso. Várias observações do grupo devem ser realizadas, diferentes informantes devem ser indagados sobre suas idéias e concepções coletivas, as contradições devem ser discutidas e elucidadas. Todo este conjunto de ações metodológicas deve ser realizado para “montar” o que está pronto, mas que é indecifrável ao primeiro olhar, e neste caso, trata-se das representações sociais e seus significados construídas pelo grupo.

Para a maioria das pesquisas atuais, isto é, aquelas que se referem às sociedades urbanas, a questão do discurso ganha maior importância, torna-se, praticamente, o único meio de informação. E justamente por isto, é preciso ater-se de modo cuidadoso à interpretação desse discurso. Pois, como lembra Magnani,

[...] como todo e qualquer dado, os depoimentos não falam por si; há, ademais, outras “práticas significantes” e é do entre jogo, da relação entre essas práticas que se pode reconstituir o significado. (MAGNANI, 1986, p. 139).

Novamente aparece a questão do devido esforço em se fazer uma análise que consiga relacionar o discurso e as práticas realizadas pelos indivíduos. No exercício de reconstrução da reprodução, deve-se, além de ouvir os informantes, juntar as diferentes peças apresentadas por eles de modo não linear, ou consciente, mas que, nem por isso, estão afastadas da realidade, são, ao contrário, reflexo dela.

Além das preocupações descritas acima, por meio de Malinowski (1978) também é possível discutir o papel das inferências do pesquisador nos resultados da pesquisa. Segundo ele,

[...] um trabalho etnográfico só terá valor científico irrefutável se nos permitir distinguir claramente, de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom senso e intuição psicológica. (MALINOWSKI, 1978, p. 18).

Assim, o trabalho do pesquisador deve ser cuidadoso, ele não deve se render à tentação de apenas reproduzir a fala do informante sem analisá-la. Porém, depois de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

realizada a análise dos depoimentos e da observação dos informantes, é preciso fazer uma intensa distinção entre o que foi dito por eles e o que é fruto de inferências do pesquisador. Estes são discursos específicos e que têm papéis diferentes para a compreensão das relações sociais estudadas. A fala dos informantes, sua história e comportamentos, assim como “a forma como foram feitas as observações e coletadas as informações” (Malinowski, 1976) devem ser apresentados de modo explícito aos leitores da pesquisa. Para que se saiba qual o processo desenvolvido até se chegar às conclusões analíticas sobre o grupo. O autor deve estar atento para não confundir o seu discurso com o do informante, já que é este último a base empírica para a pesquisa.

As representações sociais podem ser consideradas como a matéria prima dos preconceitos construídos no pensamento humano a partir de esquemas inconscientes de percepção, avaliação e apreciação. Incorporamos e construímos esses esquemas inconscientes de entendimento através do aprendizado da língua e dos valores e idéias expressas pelas culturas nas quais convivemos desde o nascimento, ou seja, nas manifestações culturais populares, nas religiões etc. No nosso pensamento atuam categorias mentais de entendimento, de percepção do mundo a nossa volta que permitem a classificação dos seres humanos, dos objetos, fatos e das relações que mantemos com os outros, tornando cada um de nós predisposto a pensar de uma determinada maneira e a construir juízos sobre tudo que percebemos, que levam à formação de pré-juízos ou preconceitos que orientam as nossas ações.

Os preconceitos dão significado e orientam as atitudes que adotamos em nossa vida cotidiana. Embora estejam alojados nas nossas mentes, os preconceitos podem ser considerados prejudiciais para as relações sociais por que eles orientam as nossas ações, e podem nos levar a manifestarmos atitudes de opressão e exclusão dos indivíduos que classificamos como inferiores, feios, menos inteligentes, menos esforçados, incapazes ou simplesmente diferentes.

Os preconceitos étnicos e raciais contra um indivíduo ou coletividade podem provocar como efeito a sua confirmação efetiva, pois os seres humanos são suscetíveis de serem influenciados pelos julgamentos que os outros realizam sobre eles. Não é por acaso que inúmeras pesquisas na área de educação indicam que tanto no trabalho, quanto na educação familiar e escolar, as expectativas que temos sobre o desempenho dos indivíduos influenciam no desempenho futuro dos mesmos.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A pesquisa é realizada em Maringá e região metropolitana, sendo que a observação de campo é no âmbito de escolas públicas e particulares, do ensino médio, pertencentes ao Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Educação. A decodificação, seleção e análise dos dados, bem como a produção de material impresso e áudio-visual será realizada pela equipe envolvida, nos laboratórios de Antropologia e de Ensino em Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Maringá.

A coleta de dados é feita pelos alunos do curso de Licenciatura em Ciências Sociais durante o trabalho etnográfico que tem as seguintes etapas: observação dos alunos e professores em salas de aulas; observação de toda a comunidade escolar dentro da escola; aplicação de questionários (um destinado aos professores, outro aos alunos e um terceiros para a equipe de apoio da escola) que deve abordar temas como representações sobre raças, cultura afro-brasileira, África, negros, religiões afro-brasileiras; registro de depoimentos com uso de gravadores, junto aos três grupos distintos dentro das escolas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo, Brasiliense, 2004.

Diretrizes Curriculares Nacionais para A Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação/ SEPPPIR, junho de 2005. 35p.

BRASIL. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. *Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultrura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino*. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003

CADERNOS TEMÁTICOS: inserção dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana / Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Fundamental. – Curitiba: SEED - Pr., 2005.p. 43.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação - repensando nossa escola**. – org, São Paulo: Summus, 2001.

_____. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar. Educação e Poder-racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil*. São Paulo: Summus, 2000.

FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) **A antropologia das Sociedades Contemporâneas**, São Paulo: Global, 1987.

GONÇALVES e SILVA, Petronilha Beatriz. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Brasília, 10 de março de 2004.

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: educando para as relações étnico-raciais / Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. – Curitiba: SEED-PR, 2006. - 110 p. – (Cadernos Temáticos).

MAGNANI, José G. C. Discurso e representação ou De como os baloma de Kiriwana podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In CARDOSO, Ruth C. L. **A Aventura Antropológica. Teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. pp 127 – 140.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

- MAGNANI, José G. C. Discurso e representação ou De como os baloma de Kiriwana podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In CARDOSO, Ruth C. L. **A Aventura Antropológica. Teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. pp 127 – 140.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental. Um relato do empreendimento e da aventura dos antivos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. São Paulo: Abril, 1978.
- MINAYO, Maria Cecília S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica in GUARECHI, Pedrinho A. e JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em Representações Sociais**, Petrópolis -RJ: Vozes, 1994. pp 89 - 111.
- PENIN, Sonia Teresinha de Sousa. "A professora e a construção do conhecimento sobre o ensino". **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, 1995, n. 92, p. 5-15, fev. 1995.
- SPERBER, Dan. "O estudo antropológico das representações: problemas e perspectivas". In: JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2001.